

IMAGENS PARA PENSAR O OUTRO: A TEXTUALIZAÇÃO DO POLÍTICO NO NÃO VERBAL

IMAGES TO THINK ABOUT OTHERS: THE TEXTUALIZATION OF THE POLITICIAN IN THE NON-VERBAL

Jean Ignacio LIMA¹

RESUMO

Este escrito tem como objetivo analisar os mecanismos discursivos como meios de controle social em diálogos interficcionais, ao considerar o personagem Simão Bacamarte, de Machado de Assis, e o *médium* brasileiro João de Deus. A discussão demonstra a textualização do político no não verbal por meio da análise de imagens dos livros *O Alienista* (2019), de Machado de Assis, e *A Casa*, de Chico Felitti (2020). Buscamos, portanto, caminhos que guiassem a investigação do que Pêcheux (1990) intitula “acontecimento discursivo”, na perspectiva de um encontro de uma memória com uma atualidade – explorando a possibilidade de deslizamento de sentido entre sujeitos dominantes e uma interpelação que os metaforize em um só sujeito discursivo. A base teórica adotada para análise segue os pressupostos da Análise do Discurso de escola francesa, bem como as considerações de Souza (1998 e outros) quanto à análise do não verbal. Consideramos uma relação possível de semelhança entre os mecanismos discursivos de controle social exercido pelos sujeitos Simão Bacamarte e João de Deus em seus respectivos polos ficcionais.

PALAVRAS-CHAVE

Linguagem. Discurso. Poder.

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Língua Portuguesa da Prefeitura Municipal de Rio Claro. *E-mail*: jeanignacio.uerj@gmail.com.



ABSTRACT

This paper aims to analyze discursive mechanisms as means of social control in interfictional dialogues, considering the character Simão Bacamarte by Machado de Assis (2019) and the Brazilian *medium* Jhon of God. The discussion demonstrate the textualization of the politician in the non-verbal terms through the analysis of images from the books *O Alienista* (2019) by Machado de Assis and *A Casa* by Chico Felitti (2020). We therefore sought paths that would guide the investigation of what Pêcheux (1990) calls “discursive event”, from the perspective of an encounter between a memory and a current situation – exploring the possibility of a slippage of meaning between dominant subjects and an interpellation that metaphorizes them in a single discursive subject. The theoretical basis adopted for analysis follows the assumptions of French school Discourse Analysis, as well as the considerations of Souza (1998 and others) regarding the analysis of non-verbal. We consider a possible relationship of similarity between the discursive mechanisms of social control exercised by the subjects Simão Bacamarte and João de Deus in their respective fictional poles.

KEYWORDS

Language. Discourse. Power.

INTRODUÇÃO

Sujeitos de inscrições em formações discursivas influentes têm notável força, poder de mobilidade e visibilidade social. Regido tão somente pela ciência e renomada estirpe, *O Alienista* (2019), obra de Machado de Assis, narra a chegada e permanência de Simão Bacamarte à cidade de Itaguaí – Rio de Janeiro. Inscrito em formações discursivas (FDs) dominantes, Bacamarte demarca uma posição discursiva de poder, que lhe confere influência sobre os demais cidadãos da região e impõe ali sua ideologia como verdade absoluta. Embora médico, Bacamarte é leigo nos estudos psiquiátricos e sua posição discursiva o projeta como uma (e única) referência médica na cidade, levando-o ao incontestável por grande parte das interlocuções estabelecidas na obra.



Do mesmo modo – de outro polo discursivo –, o *médium* brasileiro João de Deus, acusado de crimes de abusos sexuais, expostos no livro-reportagem *A Casa* (2020), margeia vítimas a um particular silêncio (autocensura) por muito tempo. Também sujeito alinhado a FDs de força, João de Deus, a partir de sua posição discursiva, promove práticas sociais por meio de condução constrangedora, em que as vítimas acabavam por se assujeitar a tudo que por ele era imposto como condição para a cura.

Este texto oferece um recorte acerca da textualização do político no não verbal, assim como aborda os princípios basilares da Análise do Discurso Materialista de escola francesa para o tratamento dos objetos de análise, cujo interesse são as imagens do *médium* brasileiro João de Deus em práticas de cura. Tem-se o objetivo de analisar os meios de controle social, explorando o caso de João de Deus em relação a Simão Bacamarte como acontecimento discursivo: o encontro de uma memória com uma atualidade (Pêcheux, 1990). Mediante a isso, os *corpora* selecionados para a investigação se delimitam às imagens do livro-reportagem *A Casa* (2020) e de *O Alienista* (2019). Diante de cenários que inter cruzam ficção e não ficção, pretende-se salientar as ideologias que fazem a manutenção das relações e inter-relações de força.

BACAMARTE, DEUS E AS SUAS MARGENS

A obra de Machado de Assis, *O Alienista*, surge primeiro em uma coletânea de contos do autor intitulada *Papéis Avulsos*. O conto retrata um Brasil ainda nos tempos de colônia, em uma pequena cidade do Rio de Janeiro – Itaguaí. O personagem central da obra é um alienista (médico de alienados, de loucos). Simão Bacamarte é um grande médico, formado na Europa que, depois de muito tempo, decide regressar à cidade de Itaguaí



a fim de experimentar um novo campo da ciência na cidade: a psiquiatria. Decide, então, inaugurar no Brasil um sistema de tratamento moderno para tratar a loucura: a abertura de uma casa de orates – um manicômio – que parecia, assim, o grande feito do médico de renome no exterior para com sua terra natal.

Ao que nos interessa, discursivamente, é certo que um Brasil colônia, desprovido ainda de universidades na época, não seria tão atrativo para Bacamarte. Então, por que migrar para Itaguaí? Pela dinâmica discursiva, o médico não encontraria grandes oposições e dificuldades para instaurar suas práticas experimentais naquela cidade. Sendo ele a única figura que representa a ciência e a saúde, certamente, suas interlocuções seriam mais eficazes ao seu próprio favor. Sendo essas ações experimentais, e o médico ainda em início de carreira na psiquiatria, há práticas que submetem os demais a violações, a tipos de violências. A obra de Machado de Assis releva muito sobre aspectos sociais os quais o autor já se debruçava e criticava, com mestria e ironia, no século XIX.

Um tanto adiante, no século XXI, em uma perspectiva não ficcional, é apresentado o caso de crimes cometidos por João de Deus – o ilustre e respeitoso *médium* brasileiro. Chico Felitti é o autor do livro-reportagem *A casa: a história da seita de João de Deus* e propõe um olhar sobre os aspectos sociais e ações criminosas praticadas pelo *médium*.

A obra *A casa: a história da seita de João de Deus* resulta de um estudo de campo realizado pelo jornalista Chico Felitti em Abadiânia – Goiás –, local onde João de Deus realizava atos criminosos revestidos pelo ideal de cura de seus fiéis e visitantes. Nesse livro-reportagem, há um percurso pesquisado



e relatado por Felitti (2020), no qual se pode ter um panorama da história do *médium*, desde a sua infância e ascensão até a sua queda e condenação.

Nesse caminho, ao mobilizar conceitos da Análise do Discurso Materialista, selecionam-se imagens entre os sujeitos das situações nos dois polos ficcionais, a fim de analisar os mecanismos que possibilitam demonstrar um diálogo interficcional, a partir de um acontecimento discursivo: de uma memória atravessada na atualidade (Pêcheux, 1990).

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A AD (Análise do Discurso) de escola francesa nasce da necessidade de se considerar a maneira pela qual a linguagem – materializada na ideologia e como esta na língua – significa em sua engrenagem enquanto sistema (Orlandi, 2015). Não se trata de uma nova Linguística, mas de uma forma de investigar a construção de sentidos que, no que lhe concerne, relacionam-se com as materialidades da linguagem.

Pensa-se, então, que a AD se ocupa dos instantes do significar:

Se assim é, a própria língua funciona ideologicamente, ou seja, tem em sua materialidade esse jogo, o lugar da falha, do equívoco: todo enunciado, dirá Pêcheux (*idem*), é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo, portanto, suscetível de tornar-se outro (Orlandi, 2015, p. 11).

A AD observa o percurso do sentido pela memória constitutiva dos discursos. Esse lugar do significar, como dito acima por Orlandi (2015), é suscetível a novas interpretações. Todo enunciado é, então, uma possibilidade de significação diante de sua discursividade e de seus atravessamentos pelo



interdiscurso. É sensível ao que emerge da linguagem em dado momento histórico, às concepções ideológicas pelo percurso do sentido em suas variadas materializações e aos sujeitos que fazem o trânsito entre significar-se e significar os sentidos no/do mundo.

O que há de importante para a AD não habita exclusivamente na engrenagem, no sistema da língua, mas no discurso (seu objeto). Surge, então, uma crítica à própria Linguística e as Ciências Sociais, segundo Orlandi:

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 2015, p. 14).

A crítica da AD à maneira que a Linguística considera o texto, em maioria, reside no tratamento semântico exclusivo dado ao sistema linguístico – na historicidade interna do enunciado –, na desconsideração do discurso em sua materialidade interpelada pela historicidade externa, pela ideologia e pelo sujeito enquanto acontecimento histórico significativo. O texto, para a AD, é heterogêneo em sua completude: na sua materialidade (sendo ela qual for em composição), em suas linguagens e em suas formações discursivas por si, atravessadas pelo interdiscurso.

Certamente, a AD se importa com os sentidos construídos pelo próprio sistema linguístico, mas sua principal função é a imersão nos sentidos



outros, aqueles invisíveis e insensíveis² aos sentidos da matéria linguística manifestada em determinado tempo e espaço. A AD busca na materialidade do texto, em determinados corpos linguísticos, uma alma significativa, uma memória, que já habita o discurso em matéria muito antes. Busca, pelo percurso do sentido, sentidos outros que ali já estavam construídos pelos sujeitos (Orlandi, 2015).

SUJEITO E IDEOLOGIA

A tese principal é a de que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é produzido como “causa de si” (Pêcheux, 1997, p. 261).

A noção de sujeito para a AD é diferente de o sujeito ideal postulado por Chomsky (1978) como falante/ouvinte ideal – aquele capaz de reconhecer na língua e pela língua aceitabilidades sobre gramaticalidades e agramaticalidades. Para a AD, o sujeito não é o centro do sentido, não é autônomo, embora possua a ilusão de autonomia de seu dizer. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (Orlandi, 2015).

Por essa relação condicionada entre sujeito e ideologia, em sua forma-sujeito histórico, é que Orlandi (2015) sustenta o que é dito por Pêcheux (1997, p. 214) – na seguinte fala: “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam

² Partimos do pressuposto de que a memória discursiva dos dizeres está condicionada a uma historicidade inerente (Orlandi, 2015). Desse modo, quando dizemos acima que os sentidos construídos exclusivamente pelo sistema linguístico abrem margem para o “invisível” e o “insensível”, tocamos no ponto em que o tratamento dado aos sentidos que emergem do sistema, de modo unilateral, apaga a historicidade constitutiva dos discursos atravessada na língua.



na ‘linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” – ressaltam a condição do sujeito como assujeitado pela ideologia e pela língua, em que a construção de sentido é pré-determinada pela historicidade constitutiva dos discursos.

A ideologia para a AD também destoa do padrão das Ciências Sociais. Ela não é convocada aos discursos, mas sim condição para a produção de sentido, em que relações de força, aliança e conflito balizam inscrições discursivas e interpelam indivíduos em sujeitos. Ao mesmo tempo em que se fala em ideologia, não se pode deixar de falar em sujeito. Ambos são necessários para suas respectivas existências. O sujeito conduz ideologia e, ao mesmo tempo, seu dizer é conduzido por ela. São mecanismos discursivos intimamente ligados e condicionados um ao outro para que haja espaço para o significar.

É pelo mecanismo ideológico que o sujeito é interpelado pelas formações discursivas em seu dizer, sendo a ideologia “parte, ou melhor, condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Orlandi, 2015, p. 44). Segundo a autora, toda interação entre o sujeito e o mundo, portanto, leva indivíduos, diante de objetos simbólicos, a significar. E nesse processo, suas FDs o posicionam de modo a interpretar segundo suas inscrições no discurso.

Se a língua funciona ideologicamente e o sujeito é interpelado pelos elementos acima, vale questionar a evidência do sentido, uma vez que a historicidade se circunscreve na estrutura e no acontecimento. Certamente, a interpretação exclusivamente pela língua não é tão assertiva uma vez que ela

não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é garantida pela memória sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem



direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) (Orlandi, 2015, p. 45).

Há mecanismos histórico-ideológicos que fazem a manutenção de um já-dito pela interpretação. A instituição (Estado) e a memória atravessam as interpretações nas quais as ideologias interpelam sujeitos e, inconscientemente, seus olhares diante dos objetos simbólicos. As posições discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos estão sempre inseridas em uma memória constitutiva dos discursos.

A MEMÓRIA DISCURSIVA

A memória para a Análise do Discurso deve ser entendida nos sentidos que entrecruzam a memória mítica, a memória social inscrita em práticas, além da memória construída pelo historiador. A memória para a AD é discursiva e está ancorada na historicidade dos sentidos. A memória psicológica do indivíduo não dá lugar ao sentido, mas conduz seu trânsito pela enunciação quanto este é interpelado em sujeito ao tomar uma posição no discurso:

Na hipótese discursiva, pois, ao contrário do modelo chomskiano, o atestado constitui um ponto de partida, não o testemunho da possibilidade de uma frase, e a memória não restitui frases escutadas no passado mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase. Estas considerações deslocam o estatuto do que é provável historicamente, porque a operação de retomada se localiza nesse nível (Achard, 2015, p. 17).

Essa relação de paráfrase se estabelece por sentidos pré-estabelecidos, por já-ditos – alimentados pela memória discursiva, pela ordem do inconsciente.



A memória é a voz que fala antes, que ecoa, no percurso, de modo que aos sujeitos são impostos sentidos já construídos, (pré-construídos) pela historicidade, mesmo diante de suas ilusões de autonomia de sentido.

O conceito operatório de pré-construído é o que permite pensar o mecanismo da inscrição do sujeito em um domínio de saberes. Trata-se do elemento que torna possível a constituição/reprodução do efeito-sujeito, uma vez que a mobilização (não-sabida) de um saber do interdiscurso para o interior da formulação aponta para o processo de inscrição do sujeito em uma FD. É trabalho da ideologia promover essa inscrição, demonstrando que o sujeito não é a causa de si e que o efeito-sujeito se mostra justamente no momento em que o saber mobilizado do interdiscurso para o intradiscurso sofre uma determinação: ele já vem selecionado por um filtro ideológico próprio a uma FD (Pavan; Galvão, 2019, p. 179).

Desse modo, os sentidos pré-construídos, pelo trabalho da memória discursiva, vinculados a posições ideológicas, ecoam vozes outras que atravessam os sujeitos a partir de suas inscrições em determinadas formações discursivas. A memória discursiva e os sujeitos estão intimamente ligados no trânsito dos sentidos. Ao partir desse ponto de vista, o sujeito é atravessado por já-ditos, que ecoam da memória do discurso.

FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

Os discursos estão sempre atravessados por uma memória, um já-dito que os pré-diz antes mesmo de sua materialização. Esse mecanismo concebe à materialidade sentidos que emergem para além de sua estrutura – sentidos já em curso. É importante pensar na memória constitutiva dos discursos, pois ela aponta para heterogeneidades ideológicas das quais eles são formados.



Essa reunião ideológica (as formações ideológicas) que atravessa os discursos coincide com a sua formação discursiva, que “se define por aquilo que em uma FID (formação ideológica) dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que se pode e deve ser dito” (Orlandi, 2015, p. 41). Também podem ser compreendidas como “regionalizações do interdiscurso. Configurações específicas dos discursos em suas relações” (Orlandi, 2015, p. 41). As FIDs atuam nas relações de força das FDs, nas quais estão inscritos os sujeitos.

Diante das dinâmicas sociais, impulsionadas pelas lutas de classes, os discursos se valem de uma constante disputa de sentido na qual as ideologias alimentam formações discursivas que estabelecem relações de força na língua. “Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas” (Pêcheux, 1997, p. 210). Antes mesmo da evidência do sentido dada pela ilusão do sujeito, a palavra é interpelada pela ideologia, nas formações discursivas nas quais ela está inscrita:

Podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Orlandi, 2015, p. 40).

É pelo ideológico que os sentidos oscilam, e as palavras entram em constante conflito para significar diante das posições discursivas para as quais são convocadas. Elas “lutam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com



outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (Orlandi, 2015, p. 40). A memória está intimamente ligada aos discursos e às suas FDs, FIDs e FIMs. São por elas que os sentidos do dizer são atravessados por já-ditos, de modo parcial ou integralmente inconsciente, pelo histórico e ideológico na linguagem.

Para explicar as formações imaginárias, Orlandi recorre primeiro às relações entre os próprios discursos. Segundo a autora:

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relações de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outro. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outro que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto, nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (Orlandi, 2015, p. 37).

Vale observar como os sentidos se estabelecem na interação em consideração ao outro. E é justamente no contraste, na oposição, na filiação, na inscrição aos outros discursos que os dizeres constroem relações de sentido. Inserido nas condições de produção do discurso, um dos mecanismos importantes é o da antecipação. Desempenhado pelas formações imaginárias, ele resulta da capacidade que todo sujeito tem de “experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.” (Orlandi, 2015, p. 37).

Diante das relações de força balizadas pela ideologia nos discursos, as estratégias de antecipação de sentido são fornecidas pelo imaginário que



se faz na interação entre os sujeitos. E uma vez que esse imaginário está inscrito na história, Orlandi (2015, p. 39) também pondera que “pensando as relações de força, a de sentidos e a antecipação, sob o modo de funcionamento das formações imaginárias, podemos ter muitas e diferentes possibilidades regidas pela maneira como a formação social está na história”. As FIMs se constituem nas projeções que o “eu” faz de si diante do “tu” e do “tu” para o “eu”. Esses mecanismos discursivos que integram as formações imaginárias fornecem ao sujeito um arcabouço de imagens para pensar o outro na arena de disputas de sentido.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO E PARÁFRASE

Convém ressaltar que a Análise do Discurso não se vale de um inventário metodológico fechado em seu método de análise. Contudo, ela dispõe de alguns dispositivos dos quais lança mão para investigação.

As condições de produção do discurso não podem ser meramente consideradas como contexto, muito embora elas também observam o sentido estrito, o contexto imediato, da circunstância enunciativa. O papel das condições de produção visa ao sentido mais amplo, considerando o contexto ideológico, social e histórico.

É pelo trato amplo dado ao discurso que a memória discursiva exerce uma função essencial à interpretação – atribuir aos dizeres um já-dito:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível que todo dizer e que



retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível sustentando cada tomada da palavra (Orlandi, 2015, p. 29).

A memória é um mecanismo discursivo histórico-ideológico que atravessa os dizeres. O dizer é evocado pelo interdiscurso como um já-dito que, segundo as inscrições ideológicas no discurso, posiciona o sujeito de modo pré-determinado na sociedade. Por efeito, a paráfrase, para (Orlandi, 2015), funciona por intermédio do interdiscurso, do já-dito, ela “representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.” (Orlandi, 2015, p. 34). Se a memória discursiva estabelece já-ditos – configurando o retorno ao mesmo espaço dos dizeres –, é possível identificá-la como um importante mecanismo para o trabalho da paráfrase. Desse modo, as diferentes formulações do mesmo dizer se inserem em sentidos pré-construídos pelo fio da memória discursiva.

Diante disso, é possível identificar em Simão Bacamarte e João de Deus espelhamentos, pelas relações discursivas, que os interpelam em sujeitos semelhantes do ponto de vista das relações de força balizadas pelas suas formações discursivas. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 1: Condições de produção do discurso

Simão Bacamarte	João de Deus
Figura masculina	Figura masculina
População menos letrada	População menos letrada
Cidade pequena	Cidade pequena
Práticas ancoradas em FD cientificista	Práticas ancoradas em FD religiosa/cientificista



Atravessando o contexto imediato nas situações em pauta, chega-se à historicidade constitutiva desses cenários. Em ambos, há um já-dito que posiciona figuras masculinas em lugares de prestígio, com dizeres de prestígio e práticas de prestígio. Ambos, com consciência de suas ocupações como indivíduos sociais, selecionam, pelo subjugo, indivíduos outros, lugares outros, diferentes daqueles, em que suas posições discursivas não encontram retalhação e força igual ou superior para, assim, promover práticas experimentais, abusivas e criminosas. Pelo imaginário, Bacamarte e Deus se antecipam do outro e fazem deles mesmos dominadores nos grupos aos quais pertencem. Pelo jogo de antecipação, pelo imaginário que João de Deus e Simão Bacamarte fazem, respectivamente, de suas vítimas, eles as subjugam como incapazes de embates e contraposições. Cometem, assim, crimes e violações conforme as imagens adiante.

A ARQUITETURA DO NÃO VERBAL

Em Souza (1998), arrolam-se as primeiras considerações acerca do tratamento do não verbal, no Brasil, pelas lentes da Análise do Discurso Materialista. Lendo Orlandi (1993), Souza (1998, p. 2) ressalta o que é posto pela autora quanto aos mecanismos de análise entre o verbal e o não verbal, salientando o efeito ideológico de apagamento “que se produz entre os diferentes sistemas significantes, dando sustentação, dentre outros, ao ‘mito’ de que a linguagem só pode ser entendida como transmissão de informação, ou como sistema para comunicar”. Em termos teóricos, essas discussões sobre o trato do não verbal perpassado pelo verbal já vem sendo



esmiuçadas, contudo, Souza (1998) propõe, em prática, alguns caminhos para se pensar a arquitetura do não verbal.

O tratamento dado ao não verbal, no processo de significação da imagem, quando perpassado pelo verbal, reduz sua arquitetura aos traços do signo linguístico. Souza (1998, p. 3) leva, então, em consideração um trato que põe em evidência a significação inerente aos mecanismos da própria materialidade da imagem: “extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, ilimitabilidade, cor, sombra, textura etc., buscando-se a definição de que modo se dá a apreensão (ou leitura?) da imagem naquilo que lhe seria específico.”.

Souza pontua ainda que:

Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar da imagem dando lugar a um trabalho de segmentação da imagem. A palavra fala da imagem, a descreve, a traduz, mas jamais releva a sua matéria visual. Por isso mesmo, uma “imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer”. A palavra não pode ser moeda de troca das imagens (Davidson, 1984). É a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem e não sua co-relação com o verbal (Souza, 1998, p. 3).

Em uma experiência semântica mais expressiva, ao se pensar, então, na significação da expressão “um beijo fala mais que mil palavras”, ‘o beijo’ não emerge de seu viés estrutural, mas sim da ação praticada, da dinâmica interacional – pelo gesto simbólico –, é perceptível que alguns sentidos estão materializados em linguagens desgarradas dos signos linguísticos. Ele (o beijo) fala mais que mil palavras porque fala sem falar, significa pelo gesto simbólico, por uma semântica que, depois, conceptualiza-se à estrutura linguística. Nesse caso, o sentido está antes da palavra, com suas semioses



próprias diante dos sujeitos que o experienciam. Sendo assim, é necessário pensar nas características próprias que as compõem em si – não usando uma como ponto de partida/chegada para outra(s).

Em outras leituras convocadas ao texto de Souza (1998, p. 4), surgem as noções de implícito e silêncio. A autora pontua que a percepção de Ducrot de implícito “prevê modos de expressão implícita, que permitem deixar entender sem ficar a descoberto a responsabilidade de se ter dito.” e que a de silêncio “não pode ser confundida com implícito.”. O implícito é realizável, nas estruturas, pelo caminho lógico linguístico, entre as lacunas do posto preenchidas pelos pressupostos. Diferentemente do implícito, o silêncio é, ele significa. Ele é antes da palavra e por isso seus processos de sentidos não podem partir de um arcabouço linguístico. Sendo assim, o silêncio não pode ser confundido com o implícito porque este se realiza pelo linguístico e aquele por configurações próprias em si.

POLICROMIA

São as inquietações sobre o Silêncio trabalhado por Orlandi (1997) que levam Souza a pensar sobre a arquitetura do não verbal, postulando o conceito de Policromia. Aos estudos discursivos, Souza oferta uma teoria ao trato do político no não verbal (1996; 1997; 1999; 2000; 2001; 2011; 2012; 2013a; 2013b; 2014; 2016). Esse percurso de análise do não verbal vem sendo feito pela autora, de modo a fornecer um método de investigação das materialidades discursivas do não verbal.

A proposta de Polifonia de Ducrot (1987) apresenta no trato ao texto verbal uma gama de vozes convocadas em sua estruturação. Essas vozes outras constituem o caráter heterogêneo do texto verbal. Certamente,



diante das discussões acima, o tratamento dado ao não verbal não poderia partir de ancoragens teóricas do verbal – segundo Souza (1998). Por isso, é desenvolvido por Souza o conceito de Policromia que

recobre o jogo de imagens e cores, no caso, elementos constitutivos da linguagem não verbal, permitindo, assim, caminhar na análise do discurso do não verbal. O jogo de formas, cores, imagens, luz, sombra, etc. nos remete à semelhança das vozes no texto, a diferentes perspectivas instauradas pelo **eu** na e pela imagem, o que favorece não só a percepção dos movimentos no plano sinestésico, bem como a apreensão de diferentes sentidos no plano discursivo-ideológico, quando se tem a possibilidade de se interpretar uma imagem através da outra (Souza, 1998, p. 8).

A proposta de Souza (1998) aproxima-se da Polifonia de Ducrot, contudo rejeita mecanismos verbais ao tratamento das imagens. A autora compreende que a manifestação de linguagem verbal é constituída por elementos próprios do sistema da língua. Não podendo a imagem, portando, receber impulsos de linguagens outras para sua descrição. Fato é que o não verbal, assim como o verbal, possui constituintes específicos em sua materialidade, e são essas especificidades que Souza (1998) intenciona investigar, salientando o caráter discursivo da imagem. Sendo assim, a Policromia recobre a projeção de imagens outras no gesto do interpretar, nas quais as materialidades não são visíveis, mas se tornam pelo simbólico, frente aos atravessamentos de olhares interpelados pelo trabalho da memória discursiva.

Em Souza (2018), mencionam-se três conceitos ao trato da imagem: *Punctum* (Barthes, 1984; 1990), Intericonicidade (Courtine, 2013) e Policromia (Souza, 1997; 2001). Lendo Barthes (1990), Souza sobrepõe o conceito de *punctum* (traço essencial da foto) ao nível discursivo:



Do ponto de vista discursivo, defino o punctum como um traço de textualidade inerente ao caráter de incompletude da fotografia. O punctum se define como algo casual, fugaz, por isso mesmo, do nosso ponto de vista, tem relação com a memória, com o interdiscurso, porque abre a interpretação. A partir do punctum, há toda uma instituição de dizeres, que nos remete à atualização da memória face ao sentido instituído pelo esquecimento. Ainda do ponto de vista discursivo, o punctum pode significar a falta, a ausência daquilo que o olhar não vê, mas que está lá significando (Souza, 2018, p. 21).

Segundo a autora, o fio da memória trabalha em face às perspectivas do invisível, pelo caráter de incompletude da imagem. Sendo assim, do ponto de vista de seus recortes no gesto de interpretação, a memória discursiva recobre à imagem com efeitos de sentido instituídos pelo esquecimento, pela falta, pelo ato falho.

O conceito de intericonicidade (Courtine, 2013) atua em uma rede de formulação de imagens nas quais se projetam imagens outras, a partir de um ponto imagético referente. Um processo de sentido em que o “sempre já” atravessa o gesto de interpretação da imagem pelos sujeitos, na qual se institui uma relação de “imagem pela imagem” em uma rede de associação.

O conceito de Policromia formulado por Souza se define como uma rede de operadores discursivos nos quais a imagem se constitui como linguagem. Nesse sentido, a imagem não significa tão somente pela rede de formulação com outras, mas pela sua incompletude, pela sua rede de elementos visuais implícitos ou silenciados. Como dispositivo de análise, o conceito “policromia se define como gesto que permite, ao se interpretar a imagem, projetar outras imagens, cuja materialidade, não é da ordem da visibilidade, mas da ordem do simbólico e do ideológico” (Souza, 2018, p. 7).



A recursividade, nesse sentido, é um importante componente discursivo no parafraseamento das imagens, segundo Souza (1987).

Ao se interpretar a imagem pelo olhar – e não através da palavra – apreende-se a sua matéria significativa em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não-verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita (Souza, 1987, p. 7).

O recorte pelo olhar, para Souza (1987), recobre o caráter recursivo da imagem. Os olhares, interpelados pelas formações histórico-ideológicas – pelas formações sociais – dão espaço ao caráter policrômico das imagens, aos seus deslizamentos possíveis pela rede de associação a imagens outras, pelo recorte visual, em uma rede de parafraseamento, na qual “produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita” (Souza, 1987, p. 7).

DOIS INDIVÍDUOS, UM SUJEITO: IMAGENS PARA PENSAR O OUTRO

As relações de antecipação se evidenciam, de imediato, já nas nominalizações utilizadas por Simão e João. Sendo, respectivamente, Bacamarte e Deus. Bacamarte é uma antiga arma dos séculos XVIII e XIX com carga de chumbo grosso, de 20 a 40 balas de 10 milímetros de diâmetro. Ela era usada contra massas de tropa. E Deus, pela memória discursiva – nos entrecruzados com a memória mítica e social inscritas em práticas (Achard, 2015) –, é projetado como o todo-poderoso, pai de todos, o ser que, antes de tudo, era. João de Deus e Simão Bacamarte assim se projetavam pelo

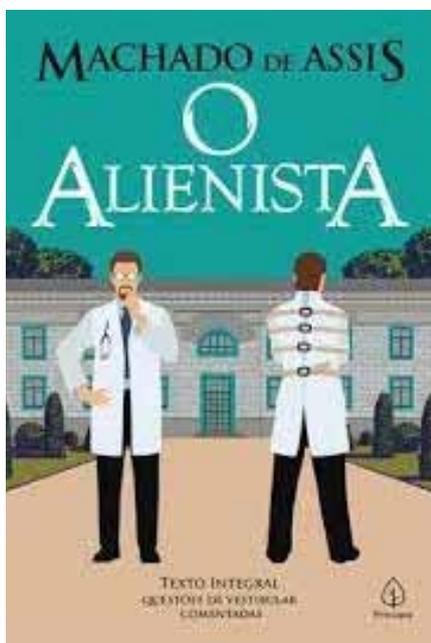


imaginário, sujeitos capazes de atos grandiosos, mas, acima de tudo, eles estavam acima de todos.

Diante do processo de interpretação do político no não verbal, Souza (1998, p. 5) propõe um trato a imagem e seus implícitos a partir, também, de configurações de implícitos da própria imagem (configurações essas que não devem ser perpassadas pelo verbal, como já vimos acima). Sendo assim, “há imagens que não estão visíveis, porém sugeridas, implícitas a partir de imagens previamente oferecidas. Outras são apagadas, silenciadas, dando lugar a um caminho aberto à significação, interpretação”.

A partir de possíveis sugestões abaixo, oferece-se um lugar de interpretação entre as imagens. Vejamos:

Capa do livro *O Alienista* de Machado de Assis



Fonte: Fotografia nossa.

Capa do livro *A casa: a história da seita de João de Deus* de Chico Felitti



Fonte: Fotografia nossa.



Essas são as capas dos livros nos quais se analisam os diálogos entre sujeitos de formações discursivas dominantes e suas vítimas, na ficção e na não ficção. O imaginário que nos cerca apresenta a figura do médico como autoridade, com características próprias como o uso do jaleco branco, sendo, no caso acima, a Psiquiatria a área de atuação de Simão Bacamarte. Apresentam-se também a camisa de força e o asilo de loucos. Na imagem do livro-reportagem *A casa* (assim era, de fato, chamado o lugar onde João de Deus atuava), o espaço da interpretação abre margem para a sugestão de que em ambos: no asilo de loucos (a Casa Verde) e na Casa (o espaço de João de Deus), o indivíduo conseguiria a cura, ainda que, nos dois casos, submetido a violações e abusos.

As imagens apresentam deslizamentos possíveis de figuras de poder que se legitimam pelo imaginário, por operadores discursivos do não verbal (Souza, 2018), por suas vestimentas em branco em que o simbólico trabalha o funcionamento discursivo da legitimidade nos atos de cura. Aqueles que vestem branco, pela memória social, são autoridades em determinados meios, como, por exemplo, no campo da saúde.

Além dos deslizamentos possíveis entre as nominalizações dos espaços: *A casa Verde* (Simão Bacamarte) e *A Casa* (João de Deus), chama atenção também para o efeito de sentido das cores. No fundo da foto de João de Deus, o verde trabalha o simbólico da esperança, assim como o adjetivo “verde” no sintagma utilizado na nomeação do manicômio de Simão Bacamarte (*A Casa Verde*)³. E o branco que tanto lhes atribuiu poder provoca o deslizamento de sentido do mesmo fim de dois indivíduos metaforizados em um só sujeito:

³ Gostaríamos de agradecer, especialmente, à professora Angela Baalbaki (UERJ) pela contribuição com esse gesto de interpretação.



o recolhimento de ambos, que agora usam branco na condição simbólica de interditados pelas instituições.

Tanto Simão Bacamarte quanto João de Deus se projetavam como a esperança para as suas respectivas cidades. Por meio de práticas abusivas e criminosas revestidas de cura, eles acreditavam ser intocáveis benfeitores. Suas posições discursivas conferiam-lhes um lugar de privilégio social, mas bem mais que prestígio, esse lugar oferecia a Bacamarte e a Deus passabilidade diante de seus crimes revestidos de cura.

Em seguida, selecionam-se três imagens para análise de deslizamentos de sentido entre Simão Bacamarte e Deus.

Figuras 1 e 2: “cirurgia”.



Fonte: Felitti (2020).

Nas **figuras 1 e 2**, Deus realiza raspagem nos olhos e incisões no tórax de voluntários, com instrumentos não esterilizados. Algumas



pesquisas da USP, descritas no livro *A Casa* (2020), apontaram que os tecidos retirados eram células de gordura, e não cânceres, como afirmava o *médium*. Muitas pessoas passaram por essas “cirurgias” durante quatro décadas de atuação de João de Deus.

Quando Souza aponta sobre o caráter heterogêneo das imagens, ela recorre à capacidade de projeções de imagens outras recortadas pelo olhar, suportadas pelo papel da memória, no trabalho da interpretação. O jogo discursivo das paráfrases visuais não entrega o visível, mas sugerem, pela discursividade do não verbal, as outras imagens ali contidas, encobertas: “Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, e cada discurso, ao pressupor esse imaginário, recorre à (re)construção, dando lugar a uma filiação parafrástica, constituindo uma rede de sentidos.” (Souza, 2018, p. 26).

O que se propõe aqui é a possibilidade de um recorte, que recobre a percepção de um deslizamento de sentido da forma-sujeito *médium* de João de Deus em uma forma-sujeito *médico*, como a de Simão Bacamarte. O olhar que recai sobre João de Deus o metaforiza como Simão Bacamarte, tanto pelas práticas quanto pelas formas de controle.

Simão Bacamarte era a única referência médica influente em Itaguaí, pequena cidade do Rio de Janeiro. Sua eloquência fez com que, mesmo leigo nos estudos psiquiátricos, os outros se sujeitassem aos seus diagnósticos descabidos de loucura. O imaginário é um mecanismo forte na manutenção do poder entre Bacamarte e os pacientes. Ao mesmo tempo em que alguns opositores, como o padre Lopes, discordavam. Não havia um sujeito projetado pelo imaginário de modo tão influente para um embate direto com o médico.



João de Deus, do mesmo modo, instaurava práticas experimentais e criminosas pelo imaginário projetado de si para os outros e dos outros para si mesmo. O tratamento dado às pessoas influentes, como ele, era respeitoso e de igual para igual. Contudo, aquele que, segundo seu imaginário, era favorável ao subjugo, tornava-se vítima de suas práticas criminosas. Bacamarte e Deus interpelam-se em um único sujeito por uma paráfrase visual (Souza, 1987 e outros), assumindo posição discursiva dominante. Ambos se utilizam do imaginário como mecanismo de antecipação para promoverem suas práticas e manterem sob controle suas respectivas cidades.

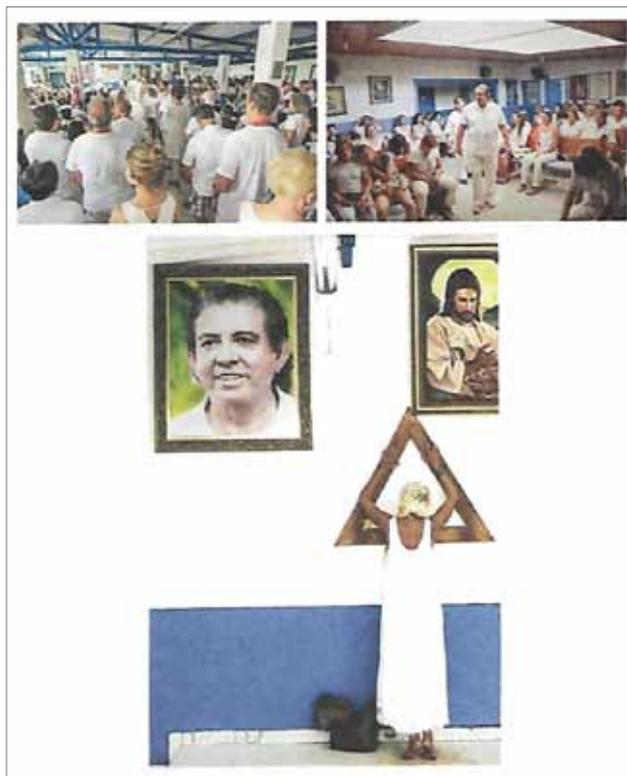


Figura 3: sala de espera.

Fonte: Felitti (2020).

Na figura acima, há a sala de espera, geralmente lotada. Os trabalhos começavam ali, com instruções em ao menos três línguas com as regras de funcionamento do lugar (sendo uma delas o uso obrigatório do branco).



Mais abaixo, na mesma imagem acima, demonstra-se uma fiel, debruçada no triângulo que ornamentava uma parede da sala de espera. O símbolo era sagrado na seita, e João afirmava que cada um dos lados representava um dos seus pilares: fé, amor e caridade (este último um tanto controverso, já que Deus monetizava seus feitos).

Deus também vivia pelo ofício. Pelo simbólico, o *médium* impôs aos fiéis vestimentas específicas, brancas, para conexão com o espiritual durante as sessões de cura. O triângulo que Deus metaforiza os preceitos de sua prática também remete à memória dos preceitos defendidos pela Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), ou ainda a Sagrada Trindade.

Pela ordem do simbólico, João de Deus era interpelado pela sua posição discursiva, de fato, como o todo-poderoso. Aquele capaz de entregar aos seus seguidores cura e prosperidade, as quais o fio da memória parafraseia também a ideia de instituição igualitária pelo triângulo da Revolução Francesa e pela entidade religiosa absoluta nesse serviço: Deus (assim adotando para se autointitular: João de Deus)

Outra paráfrase visual (Souza, 1987 e outros) conduzida pelo fio da memória remete à imagem de Jesus, que circulava entre os necessitados. É possível fazer essa projeção, a partir das primeiras duas imagens na **figura 3**. João de Deus posicionado ao meio, e seus seguidores ao redor ansiosos por atos de cura, remetendo à mesma memória mítica de Jesus em seus feitos. De certo modo, essa projeção de filho de Deus, aquele que veio para curar, o escolhido (ou o próprio Deus) é depreendida nas duas imagens, também na **figura 3**, na qual João põe seu retrato lado a lado ao de Jesus, numa perspectiva de semelhança entre benfeitores



sociais. O que distancia a forma-sujeito *médium* de Deus de suas práticas sociais, contudo, são seus métodos de cura. E, então, é que se pode observar o deslizamento de sentido entre as forma-sujeito *médium* e forma-sujeito *médico*.

As **figuras 1 e 2** remetem a práticas de um médico, de um cirurgião. João de Deus utilizava-se da crença (social/religiosa) das pessoas para se legitimar em uma forma-sujeito diferente da de um *médium*. Não só isso, como também lançava mão desse jogo de antecipação por meio do imaginário para abusar e violentar, a partir da seleção de vítimas em potencial, ou seja, aquelas que poderiam ser abusadas sem que lhe causasse problemas – as pessoas menos influentes. A manipulação do *médium* transcendeu tantos limites que, mesmo diante de tantos crimes, ainda havia pessoas devotas a ele, presas ao imaginário de um benfeitor que foi injustiçado.

Bacamarte também não violava e submetia seus semelhantes (influentes discursivamente). Nesse sentido é que o político da **figura 3** remete, pelo fio da memória discursiva, em sua materialidade da memória social, a Simão Bacamarte:

Na ordem do discurso, o papel da memória é aquele que dá viabilidade ao acontecimento histórico, já que a própria estruturação do discursivo constitui a materialidade da memória social. O que nos leva a considerar aí o estatuto dos implícitos no âmbito da memória. (Cf.: ACHARD, 1999) Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, e cada discurso, ao pressupor esse imaginário, recorre à (re)construção, dando lugar a uma filiação parafrásica, constituindo uma rede de sentidos (Souza, 2018, p. 26).



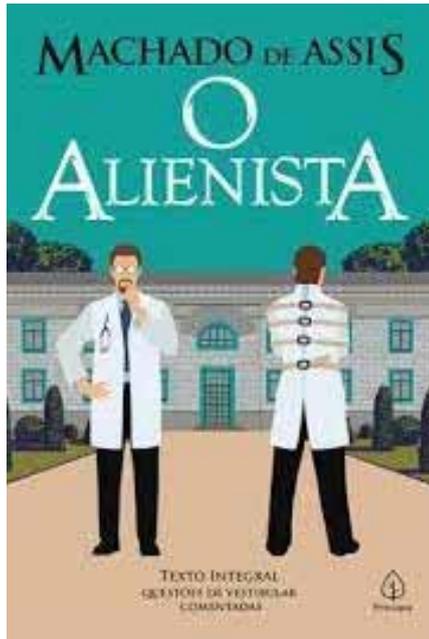
O médico se utilizava das antecipações imaginárias nas relações discursivas de poder e diagnosticava seus pacientes por puro experimentalismo e achismo. Em ambos os cenários (de Bacamarte e de João de Deus), a cura prometida era condicionada a submissões e violações. Com efeito, dando lugar a uma filiação parafrásica, constituindo uma rede de sentidos, Simão Bacamarte é visualmente parafraseado por João de Deus. Esses dois indivíduos são interpelados na possibilidade de um só sujeito, com condições de produção de discurso semelhantes, inscritos em formações discursivas dominantes. De modo mais verossímil, com práticas, ainda que experimentais, de uma mesma forma-sujeito *médico*.

Abaixo, trabalha-se o recorte que permite projetar imagens outras (a de Simão Bacamarte) ao fim de João de Deus. Ao tecer considerações sobre Policromia, Souza (2018) aponta a heterogeneidade das imagens pelo gesto da interpretação:

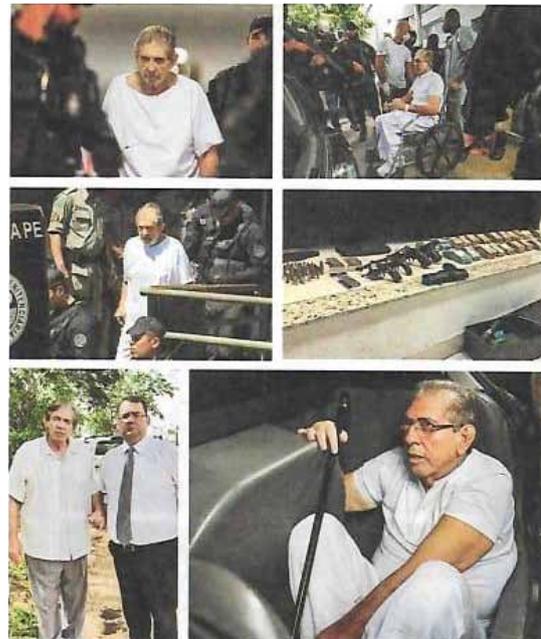
Ao se definir policromia como rede de elementos visuais, implícitos ou silenciados, verifica-se que são esses os elementos que possibilitarão as diferentes interpretações do texto não-verbal. Com isso, se diz que as imagens não são visíveis, tornam-se visíveis a partir da possibilidade de cada um projetar as imagens possíveis, que necessariamente, não compõem a estrutura visual do texto não verbal em si, mas que compõem a rede de imagens mostradas, indiciadas, implícitas, metaforizadas ou silenciadas (Souza, 2018, p. 23).

Observe as seguintes imagens em que a metaforização de Simão Bacamarte em João de Deus torna-se visível pela heterogeneidade das imagens projetadas pelo fio da memória discursiva:



Figura 4: O fim de Bacamarte.

Fonte: Fotografia nossa.

Figura 5: O fim de Deus.

Fonte: Felitti (2020).

Na **figura 4**, João Teixeira de Faria está sob custódia. Em um ano preso, foi internado primeiro em um hospital onde permaneceu por algumas semanas, perdeu 37 quilos e passou a se locomover com o apoio de uma bengala e cadeira de rodas. Uma avaliação médica da Justiça, em dezembro de 2019, descartou qualquer doença que exigisse prisão hospitalar ou domiciliar. Munição e dinheiro foram encontrados pela polícia nas casas de João de Deus.

Ao lado, **figura 4**, a capa do livro *O alienista* (foto nossa) revela o desfecho da narrativa. Simão Bacamarte experimentou a psiquiatria de tal modo – internando na Casa Verde qualquer um que destoasse comportamentos tidos por ele “normais” – que acabou chegando à conclusão de que ele sim era o louco, por violar tantas pessoas.



Na **figura 5**, também se pode observar o momento em que o *médium* se entrega à polícia em uma estrada rural próxima da Casa, em 16 de dezembro de 2018. Mais uma vez, o gesto de ambos entrega o efeito de sentido de suas posições discursivas: poder. Bacamarte e Deus não foram pegos. Ambos se autojulgaram e, assim, entregaram-se às autoridades. Esse gesto demarca suas posições de poder e salienta a projeção de autossuficiência que os dois faziam de suas próprias imagens.

As imagens das capas dos livros também demonstram, por mais um gesto de interpretação, a partir dos movimentos das imagens, a autossuficiência pelas relações de poder exercidas. Posicionados de frente, Bacamarte e Deus eternizam o movimento de chegada, de esperança para as suas respectivas cidades (essa esperança pode ser resgatada pelo simbólico da cor verde). Esse movimento anuncia a cura para o povo, como podemos visualizar pelos operadores discursivos não verbais: o estetoscópio e o jaleco. No caso de Deus, pelas figuras **1 e 2**, o operador se mostra a partir da faca (simulando o bisturi) nas incisões e do branco utilizado pelo *médium*.

Junto a isso, o movimento de saída, nas **figuras 4 e 5**, sugere o fim atravessado por uma mesma posição de poder. Pode-se observar, a partir da **figura 4**, que Bacamarte se autodiagnostica como louco (visível pela imagem de saída, em que o médico se prende a uma camisa de força). E o mesmo gesto (**figura 5**) é observado em Deus, no qual o *médium* se entrega às autoridades em uma estrada próxima à Casa. Ambos, assim, decidindo seus respectivos futuro. Bacamarte e Deus, a partir de suas práticas criminosas revestidas de cura, acreditavam ser intocáveis e benfeitores, pela projeção do imaginário que faziam de si mesmos. Foram tocados, porque se permitiram



ser tocados (para pagar pelos seus crimes), mas não benfeitores porque violaram o outro, manipulando a imposição do toque como condição de cura.

Durante este escrito, buscaram-se caminhos discursivos que guiassem a possibilidade de investigar o que Pêcheux (1990) intitula “acontecimento discursivo”, na perspectiva de um encontro de uma memória com uma atualidade, cujo fim de Simão Bacamarte metaforiza João de Deus. Suas posições discursivas entregavam-lhes credibilidade sem limite em seus “atos de cura”. Ainda em seus respectivos fins, João de Deus e Simão Bacamarte não foram pegos, mas se entregaram por ato próprio, decidindo seus destinos. Aos verdadeiros loucos (**figuras 4 e 5**) resguardou-se o mesmo fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado tomou por objetivo investigar os mecanismos discursivos de controle social em um diálogo interficcional entre Simão Bacamarte, em *O Alienista* (2019), e João de Deus, em *A Casa* (2020). Pôde-se analisar e explicitar alguns meios de controle social, com a proposta de um parafraseamento entre as duas situações em questão, evidenciando o encontro de uma memória com a atualidade.

Do ponto de vista de alguns dos mecanismos de controle, o imaginário, que os sujeitos fazem de si e dos outros, no jogo de antecipação, constituiu a manutenção da relação de poder nas situações ficcional e não ficcional. Simão Bacamarte e João de Deus são indivíduos interpelados por posições discursivas dominantes e em um só sujeito que se projeta de modo influente socialmente, em suas respectivas formas-sujeito pelo interdiscurso.



Verificaram-se, ao longo do texto, que as condições de produção do discurso, nos casos de Bacamarte e Deus, evocam, de uma memória discursiva, a posição de um sujeito historicamente pré-determinado. Os espaços que compreendem a religião e a ciência sempre foram presentes nas sociedades. Esses campos discursivos, em suas respectivas áreas, agrupam formas, fornecendo àqueles indivíduos que se posicionam nesses espaços do dizer, em suas práticas, uma repetição histórica de seus controles, de seus poderes. Estes ecoam da memória do discurso, do seu componente ideológico, no qual sua força está inscrita socialmente. Ecoam das formações discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos (aqui, nas situações em questão), o espaço do dizer, pela memória, constitui um pré-construído, no qual a forma-sujeito *médico* e a forma-sujeito *médium* atravessam Simão Bacamarte e João de Deus, respectivamente, e lhes atribuem mobilidade e influência social.

Pelas inter-relações discursivas, identificaram-se como os efeitos de sentido salientam as posições poder e sujeição socialmente. Pela análise da arquitetura do não verbal, pôde-se projetar imagens para pensar os atos de cura de João de Deus inscritos em uma memória de uma forma-sujeito *médico* (visualizando, assim, Simão Bacamarte).

Este trabalho visou a oferecer um olhar – mais um dos muitos que ainda podem surgir de possibilidades futuras que considerem os efeitos de sentido que emergem do político na arquitetura do não verbal (Souza, 2018). O escrito visou também a motivar inquietações no meio acadêmico e social que considerem vozes outras no trabalho de pesquisa. Vozes continuamente silenciadas no percurso dos sentidos que se inscrevem na história.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. **O Alienista**. Jandira, São Paulo: Principis, 2019.

BARTHES, R. [1980]. **A câmara clara**. Petrópolis, RJ: Editora Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**. Petrópolis, RJ: Editora Nova Fronteira, 1990.

COURTINE, J-J. **Decifrar o corpo** – Pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Armênio Amado ed., Coimbra, 1978.

FELITTI, Chico. **A casa**: A história da seita de João de Deus. São Paulo: Todavia, 2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Efeitos do verbal sobre o não verbal**, Encontro Internacional da interação entre linguagem verbal e não verbal, Brasília, março, 1993.

ORLANDI, E. Texto e discurso. In: ORLANDI, E. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAVAN, Paula Daniele; GALVÃO, Alessandro Nobre. Da produtividade do conceito de pré-construído e seus diferentes modos de funcionamento: uma abordagem teórico-analítica. **Revista Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 173-191, jan./abr. 2019.



PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani (*et al.*). 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

SOUZA, Tania C.C. **Imagem e Sentido**, texto-apostila utilizado no curso ANÁLISE DO DISCURSO do Instituto de Artes de Comunicação Social, Niterói, primeiro semestre de 1996.

SOUZA, Tania C.C. **Discurso e imagem**: perspectivas de análise do não-verbal, Conferência no 2º Colóquio de Analistas del Discurso, Universidad del Plata, Instituto de Linguística da Universidad de Buenos Aires, La Plata e Buenos Aires, 1997.

SOUZA, Tania C.C. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não-verbal. **CIBERLEGENDA**, Niteroi, RJ, v. 1, p. 15-32, 1998.

SOUZA, Tania C.C. Carnaval e memória: das imagens e dos discursos. **Contracampo**, Niterói, RJ: 5, UFF, 2000.

SOUZA, Tania C.C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Rua**, Campinas, n. 7, Unicamp, 2001.

SOUZA, Tania C.C. Discurso e imagem: uma questão política. *In*: LENZI, L.H.C.; Da ROS, S.Z.; SOUZA, A.M. Alves de.; GONÇALVES, M.M. (Org.). **Imagem**: intervenção e pesquisa. Florianópolis, SC: NUP, 2006. p. 79-101.



SOUZA, Tania C.C. Mito e discursividade: um processo metonímico. **Revista Boitatá**, v.6, p. 23-35, 2008.

SOUZA, Tania C.C. Imagem, textualidade e materialidade discursiva. *In*: BRANCO, L.K.A.C; RODRIGUES, E.A.; DOS SANTOS, G.L. **Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011. p. 387-400.

SOUZA, Tania C.C. Gestos de interpretação e olhar(es) nas fotos de Curt Nimuendajú: índios no Brasil. **Comunicação VII Jornadas de Estudos de Linguagem – JEL**, UERJ: 2012.

SOUZA, Tania C.C. Gestos de interpretação e olhar(es) nas fotos de Curt Nimuendajú: índios no Brasil. **Revista FSA**, v. 10, p. 287-301, 2013.

SOUZA, Tania C.C. Discurso e cinema: (i)materialidades discursivas e efeitos metafóricos. **CASA** (Araraquara), v.11, p. 23-37, 2013a.

SOUZA, T. C. C. de. Perspectivas da análise do (in)visível: a arquitetura discursiva do não verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 17–35, 2018. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652400> Acesso em: 2 nov. 2022.

SOUZA, Tania C.C. Três perspectivas na análise da imagem. **Palestra**. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras, Cascavel, PR: Unioeste, 2016.

Data de recebimento: 25/01/2024

Data de aprovação: 28/04/2024